



SINOPSE SINTIUS

INFORMATIVO DIÁRIO DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS

01/03/2019

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Reforma da Previdência - Líderes da base querem mais recuos

Líderes de partidos aliados aprovam os recuos na reforma da Previdência sinalizados ontem pelo presidente Jair Bolsonaro, mas dizem que não são suficientes para que a proposta seja aprovada. Ainda há resistência na Câmara, pelo menos, à ideia do governo de endurecer as regras para aposentadoria rural e para professores. Esses dois itens são quase unanimidade nas críticas de deputados à reforma da Previdência. Outro é o novo modelo proposto para o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que é pago para idosos e deficientes de baixa renda. Bolsonaro se mostrou disposto negociar as alterações no BPC, cujo valor é de um salário mínimo (R\$ 998) e é recebido por quem tem mais de 65 anos. Na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma da Previdência, o governo prevê que apenas quem tiver mais de 70 anos poderá ter direito a um salário mínimo. A equipe econômica criou um novo sistema, no qual pessoas entre 60 anos e 70 anos receberiam R\$ 400. A ideia não foi bem aceita no Congresso.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 01/03/2019

Reforma da Previdência - Para Rolim, alíquota não é confisco

Diante de ameaça de servidores públicos recorrerem à Justiça contra a reforma da Previdência, o secretário-adjunto de Previdência do Ministério da Economia, Leonardo Rolim, afirmou ontem que o aumento de tributação para o funcionalismo público não é confisco. Esse é o termo que vem sendo usado por representantes das categorias para alegar que a elevação de alíquota previdenciária para até 22% nos casos de altos salários seria ilegal. Atualmente, essa taxa é de 11% sobre o salário. A ideia de confisco se refere ao peso da contribuição à Previdência e do Imposto de Renda (IR), que chega a 27,5%. Juntos, esses tributos podem se aproximar da metade dos salários dos servidores com alta remuneração se a reforma da Previdência for integralmente aprovada pelo Congresso. Por isso, entidades ligadas às carreiras de Estado afirmam que, se o aumento de alíquota for aprovado, irão recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF). “A decisão é do STF. Eu entendo que não é confisco”, disse Rolim. Servidor público, o secretário seria atingido pela alíquota máxima proposta pela reforma do presidente Jair Bolsonaro, pois Rolim recebe mais do que R\$ 39 mil por mês.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 01/03/2019

Reajuste de salários trava envio de PL

O aumento de salários para os militares das Forças Armadas é o ponto que tem travado o envio ao Congresso do projeto de lei que modifica as regras de aposentadoria da categoria. O encaminhamento do projeto é condição apontada por deputados para que a reforma da Previdência comece a tramitar. Os militares reivindicam o aumento como compensação pelas mudanças que o governo quer fazer no regime previdenciário das Forças Armadas, como o aumento do tempo de contribuição (de 30 anos para 35 anos) e da alíquota previdenciária (dos atuais 7,5% para 10,5%). Segundo militares, desde o governo Fernando Henrique os salários vêm sendo achatados.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 01/03/2019

Estivadores de Santos param por tempo indeterminado

Os estivadores de Santos dão início hoje a uma greve por tempo indeterminado. Eles protestam contra o fim da convocação dos trabalhadores avulsos para as operações nos terminais portuários e a utilização de apenas vinculados. Os trabalhadores se concentram às 6h30, na Parede da Estiva. Às 8 horas, os portuários seguem para a porta do Terminal da Libra onde realizam uma assembleia. Ali, vão decidir se fazem ou não uma passeata pelo Centro da Cidade. Ontem, o Sindicato enviou uma contraproposta para o Sopesp, que caso fosse aceita, os trabalhadores suspenderiam o movimento, mas o órgão patronal descartou um acordo.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 01/03/2019

Geração de emprego formal cai pela metade em janeiro, em relação ao ano passado

O Brasil gerou em janeiro 34,3 mil vagas de emprego com carteira assinada, informou nesta quinta-feira (28) o Ministério da Economia.

O dado é pior do que o registrado em janeiro de 2018, quando foram criadas 77,8 mil vagas. Em pesquisa da Reuters, a expectativa era de abertura de 82,5 mil vagas. A projeção da Bloomberg ficou em 86 mil.

De acordo com os dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), os setores com melhor desempenho foram o de serviços, que criou 43,4 mil vagas, e a indústria, com 34,9 mil empregos.

Após o encerramento do período de vendas do Natal, janeiro trouxe perdas no comércio, que cortou quase 66 mil vagas formais no mês.

O secretário de Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Dalcolmo, afirmou que o crescimento de 1,1% do PIB (Produto Interno Bruto) em 2018, alta considerada moderada, colabora para que o mercado de trabalho “ande de lado”

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 01/03/2019

Crescimento de 1,1% no PIB amplia desafio de Bolsonaro

Recuperação desacelera no fim de 2018, e expectativa para este ano não é animadora

A divulgação pelo IBGE do PIB (Produto Interno Bruto) de 2018 agigantou o desafio do governo Jair Bolsonaro de transformar a confiança do brasileiro em crescimento econômico. O PIB cresceu 1,1% em relação a 2017.

No começo do ano passado, especialistas tinham a expectativa de alta de 3%. Agora, a percepção geral é que, mesmo com a reforma da Previdência, a economia não deve encontrar energia para deslanchar em 2019.

Houve desaceleração da indústria e do agronegócio em 2018, e a reação econômica continua muito dependente da demanda interna, especialmente do consumo das famílias —o setor externo freou o crescimento.

Já a expansão do transporte por aplicativos um fator positivo, com a compra de carros para execução desse tipo de serviço. Contudo o movimento tende a não ter fôlego para impulsionar novas aquisições. Mercado p.4

Fonte do clipping: Jornal Folha de S. Paulo – 01/03/2019